



PLANO DE ACTIVIDADES DA DIREÇÃO PARA O ANO LECTIVO 2012/2013

I

1. A política do governo PSD-CDS/PP está a conduzir, desde o início, à destruição do país, no plano social, económico e político, o que já está claramente demonstrado pelo encerramento de milhares de empresas, por um aumento significativo do desemprego, pela diminuição da qualidade e o aumento dos encargos aos utentes nos serviços de saúde, pela diminuição do poder de compra das famílias das classes mais desfavorecidas e da classe média (deixando apenas as famílias de elevados recursos e os que colocam o seu dinheiro nos paraísos fiscais, isentos de impostos, de fora, plenamente desresponsabilizados de contribuir para a salvação da crise), pelo aumento da carga fiscal, pelo congelamento de salários e de carreiras, pela diminuição imposta arbitrariamente das remunerações auferidas na função pública, pelo corte dos subsídios de férias e do 13º mês, que funcionavam como compensação para a política de baixos salários que já existia, comparativamente com a U.E., sem que estas gravosas medidas tenham produzido, sequer, qualquer efeito em termos de resolução do problema de fundo, que é o da contração do endividamento externo do país.
2. Neste quadro, também a Educação, através de violentos cortes orçamentais, tem sido um campo privilegiado para essa política de submissão cega ao “memorandum” de entendimento com a “troika”. Os cortes de financiamento impostos em 2012 e os que se anunciam para 2013, quer no ensino superior que no não superior, traduziram-se, por várias vias, em despedimentos massivos de docentes contratados e na criação de situações de instabilidade profissional – prenúncio de precariedade para os docentes dos quadros afetados com os “horário-zero”. Neste contexto, a denúncia desta situação e das suas causas é uma das linhas da intervenção sindical dos sindicatos da FENPROF para este ano letivo, mormente no 1º período. O SPGL tem desenvolvido e continuará a desenvolver esta “frente” dinamizando na sua área as ações preconizadas pelo secretariado nacional da FENPROF.

A já anunciada redução do número de docentes no ensino público é suportada, entre outras medidas, pelo MEC com as alterações curriculares, alterações sem sustentação pedagógica. A desconstrução do discurso do MEC neste domínio será certamente feita no Congresso da FENPROF que decorrerá nos dias 19 e 20 de abril de 2013, tarefa em que o SPGL se empenhará procurando envolver os seus associados e os professores no debate, pela luta contra a degradação das condições de trabalho e de ensino dos docentes nas escolas, pela defesa do emprego dos professores e pela defesa da escola pública, que está a sofrer o mais violento ataque, desde o tempo dos primórdios do salazarismo de má memória, nos anos 30 do século passado.
3. O movimento sindical unitário exige uma mudança destas políticas e deste governo, como única hipótese de travar o caminho de desastre social e económico em que já estamos mergulhados. Integrado na grande central dos trabalhadores portugueses – a CGTP-IN – o SPGL acompanhará a estratégia delineada pela central, empenhando-se no êxito das iniciativas já calendarizadas propostas, nomeadamente a Marcha contra o Desemprego (5-13 de outubro) e a dinamização para a greve geral de 14 de novembro. Após a Greve Geral de dia catorze de Novembro, o SPGL deverá promover plenários sindicais descentralizados para se discutirem formas de continuar a ação reivindicativa.

O SPGL tem acompanhado, igualmente, as iniciativas promovidas por vários movimentos não sindicais de contestação à política de austeridade absurda imposta pelo governo, cuidando de manter a sua visão específica de intervenção sindical – e portanto de natureza distinta – sem prejuízo do apoio pontual a estas iniciativas cujos objetivos podem convergir com os traçados pelo movimento sindical unitário.

Num quadro político, económico e internacional de grande instabilidade, o SPGL manterá, como linha de orientação, o princípio de participar ativamente na definição das medidas mais adequadas à evolução da situação, quer no seio da FENPROF, quer no seio da CGTP-IN, bem como no êxito da sua concretização.

4. Este ano letivo será dominado, no 2º período, pela realização do Congresso da FENPROF que, por decisão do secretariado nacional, decorrerá em Lisboa. O SPGL empenhar-se-á na eleição dos delegados a que tiver direito, respeitando os critérios que para tal venham a ser definidos. O SPGL, como sempre, empenhar-se-á na construção de um plano de ação a apresentar no congresso que corresponda à necessidade de travar a política de desastre, nomeadamente no campo da Educação.

Assim, o SPGL continuará a sustentar as propostas da FENPROF relativas à diminuição do número de alunos por turma, da reposição da divisão das turmas em turnos para as atividades de laboratório por parte dos alunos, como condição sine qua non para a melhoria das aprendizagens.

5. O SPGL tem acompanhado a situação laboral vivida nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, designadamente o elevado número de despedimentos ocorridos no final do ano letivo (2011-2012). Já no início deste ano letivo o SPGL denunciou às entidades competentes (ACT/Inspeção Geral de Educação) ilegalidades cometidas, nomeadamente por estabelecimentos de ensino particular com contratos de associação pertencentes ao Grupo G.P.S., apoiando os docentes na sua resistência à arbitrariedade patronal. Foi possível denunciar esta situação em programa específico da TVI.

É de realçar que esta situação é tanto mais grave quanto o facto de ter sido assinado um protocolo entre o MEC e a AEEP para o ano letivo em curso e o mesmo manter o financiamento do ano letivo anterior (85.288.00 euros/turma), para estes estabelecimentos, abrindo, ainda, a possibilidade de um reforço financeiro de 4% sobre o valor definido por turma quando estes apresentem uma média de tempo de serviço do seu corpo superior a 16 anos.

Assim, no âmbito da FENPROF, foi solicitada ao Ministério da Educação uma reunião com carácter de urgência para que o MEC assumira as suas responsabilidades neste processo e ponha termo às ilegalidades que estão a ser cometidas.

Também é com alguma preocupação que temos acompanhado a situação financeira das IPSS, que dependem essencialmente de subsídios da Segurança Social e no caso da valência da educação pré-escolar do MEC, onde também tem ocorrido uma diminuição do número de alunos, o que se tem traduzido em extinções de postos de trabalho e num aumento de situações de salários em atraso.

No que respeita à contratação coletiva, nomeadamente no processo da revisão do CCT do EPC com a AEEP, a FENPROF manifestou o seu desacordo e rejeição das propostas que visavam manter congeladas as carreiras dos docentes, reduzir os salários e aumentar os horários de trabalho.

Com a União das Misericórdias Portuguesas continua a decorrer o processo de negociação de um Acordo de Empresa, com a CNIS aguardamos a publicação das deliberações da Comissão

Paritária das matérias relativas aos docentes para iniciarmos um processo de revisão da atual convenção.

Relativamente ao prosseguimento das negociações com a ANESPO para a celebração de um CCT para os trabalhadores das escolas profissionais, realizou-se a pedido da FENPROF uma reunião no passado dia 28/09/2012, onde aquela associação comunicou não estarem neste momento reunidas as condições para tal, justificando esta sua posição com a constituição de uma Confederação de Educação e Formação, com a AEEP, no âmbito da qual decorrerão as futuras negociações.

O departamento (Ensino Particular e Cooperativo e IPSS) tem como objetivo neste ano letivo continuar a aumentar os números de delegados sindicais e consequentemente conseguir “entrar” em mais estabelecimentos de ensino e instituições.

6. No Ensino Superior, o SPGL continuará a acompanhar ativamente os processos de aprovação e aplicação dos regulamentos de avaliação do desempenho, designadamente, com o objetivo de assegurar que os seus efeitos nas mudanças de escalão salarial efetivamente se concretizem, com efeitos reportados às datas que a lei estabelece. A correta aplicação dos regimes transitórios das carreiras revistas e a abertura de concursos para lugares de professores de carreira são também prioridades do SPGL no ensino superior público.

No ensino superior particular e cooperativo, o SPGL pugnará pela negociação e aprovação urgente de um instrumento regulador da contratação e da carreira dos docentes.

No âmbito da Ciência, o SPGL pugnará pela redução da precariedade dos contratos de muitos investigadores, pela revisão do estatuto da carreira de investigação científica e por um melhor apoio à atividade de investigação. O SPGL dará ainda uma particular atenção à necessidade de melhoria da situação dos bolsistas de investigação.

O SPGL participará empenhadamente na reativação do Conselho do Departamento do Ensino Superior e da Investigação da FENPROF, que tem já uma reunião marcada para o dia 27 de outubro.

Irá, conjuntamente com os outros setores, lutar contra os cortes salariais na Educação, com as peculiaridades associadas à autonomia das suas instituições: para além de 2,8% de redução no OE, estas terão de desembolsar sem reposição mais 5% para a contribuição para a Caixa Geral de Aposentação, que passa de 15% para 20%.

O SPGL pugnará por que os professores contratados ao abrigo dos regimes de transição das carreiras recebam os vencimentos correspondentes às suas categorias.

O SPGL irá construir um ficheiro atualizado para melhorar a comunicação com sócios e não sócios docentes do ensino superior público, do ensino superior particular e cooperativo e investigadores.

O SPGL prosseguirá os contactos internacionais no âmbito da FENPROF (o representante da FENPROF para esta atividade pertence ao SPGL), estando prevista para o próximo ano uma ação ibérica fronteiriça de protesto, conjuntamente com os nossos camaradas espanhóis.

II

1. Desde o início do ano letivo que se está a desenrolar uma campanha de sindicalização e de mais nítida presença do SPGL nas escolas corporizada pela deslocação de dirigentes e de técnico de apoio a sócios a escolas/agrupamentos durante boa parte do dia. Tentaremos que esta “presença

ativa” cubra todas as escolas/agrupamentos ao longo do mandato que os sócios nos conferiram, sem prejuízo das reuniões “normais” a desenrolar em todas as escolas durante o ano letivo.

No sentido de responsabilizar os dirigentes e de facilitar a ligação às escolas, divulgar-se-á o nome dos responsáveis sindicais por cada escola. Estamos desde o início a incentivar a eleição dos delegados sindicais – ou a renovação do mandato quando este caduque.

2. Como forma de ligação aos sócios e às escolas, manter-se-á a publicação do Escola-Informação, embora a difícil situação financeira do sindicato nos obrigue a reduzir o número de publicações/ano.

Estão em curso os estudos de melhoria da nossa página na internet.

III

1. A política cultural seguida pelo SPGL, nomeadamente com as iniciativas no espaço António Borges Coelho e nas “Jornadas pedagógicas” têm contribuído para o prestígio do sindicato. A programação prevista (e já em execução) para este ano letivo no espaço ABC manterá a elevada qualidade dos anos transatos e está em elaboração o calendário das “Jornadas pedagógicas” que, como de costume, decorrerão sobretudo no 2º período letivo.
2. O SPGL está atento à necessidade de reforçar a discussão sobre a contemporaneidade que atualmente nos rodeia, como forma de aumentar o grau de consciencialização dos professores face aos problemas com que hoje se debatem e que desconfiguram completamente o exercício da sua função profissional.
3. Está a ser equacionada a viabilidade de o SPGL lançar uma iniciativa em torno das atividades teatrais que (ainda) existam nas nossas escolas secundárias, com o objetivo de evitar o seu desaparecimento.
4. Os serviços médicos foram melhorados com a oferta dos serviços de medicina dentária, estando a direção a lançar uma campanha de divulgação desses serviços junto de todo o movimento sindical unitário.

IV

O ataque aos salários dos professores e educadores, o congelamento das progressões, a corrida às aposentações antecipadas, uma certa “resistência” à sindicalização dos docentes mais novos tem provocado naturais dificuldades de gestão financeira e administrativa ao SPGL, devendo sublinhar-se a compreensão que o conjunto dos trabalhadores tem manifestado perante as dificuldades do presente.

O SPGL apresenta uma estrutura de trabalhadores demasiado pesada perante as suas receitas de quotização – que têm vindo a decrescer. Ao longo deste ano serão aplicadas medidas que estão a ser estudadas no sentido de garantir a não deterioração acentuada da situação financeira do SPGL, continuando a boa prática de gestão de recursos que tem vindo a ser executada nos últimos anos.